

RESSIGNIFICANDO A HOMOSSEXUALIDADE: O JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA E A DITADURA CIVIL MILITAR

RESIGNIFYNG HOMOSSEXUALITY: THE LAMPIÃO DA ESQUINA NEWSPAPER AND THE MILITARY CIVILIAN DICTATORSHIP

Eliane Martins de Freitas ¹
Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto ²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir, a partir da análise de algumas notícias veiculadas no jornal *Lampião da Esquina*, sobre a resistência empreendida contra a ditadura civil militar por um grupo de intelectuais gays que publicavam e mantinham o jornal. Interessa-nos compreender, particularmente, os valores morais que nortearam a repressão à homossexualidade e como tais valores representaram de maneira direta um mecanismo sustentação tanto do golpe quanto da ditadura que o seguiu. O *Lampião* possuía como proposta principal dar voz aos sujeitos excluídos e foi em sua época conhecido como um espaço de discussão da situação das minorias. Neste texto trataremos as notícias veiculadas na primeira fase do jornal, ou seja, na fase em que o jornal possuía uma Comissão Editorial visto que depois da edição número 20, janeiro de 1980, há um processo de diluição da mesma, representando algumas transformações pelas quais passaram o grupo dirigente do jornal.

Palavras-chave: Ditadura civil militar; Lampião da Esquina; Resistência.

Abstract: This article aims to reflect, based on the analysis of some news published in the *Lampião da Esquina* newspaper, about the resistance against the military dictatorship by a group of gay intellectuals who published and maintained the newspaper. It is interesting to understand, in particular, the moral values that guided the repression of homosexuality and how these values represented in a direct way a mechanism that supported both the coup and the dictatorship that followed it. The *Lampião* had as main proposal to give voice to the excluded subjects and was in its time known as a space of discussion of the minorities situation. In this text we will deal with the news published in the first phase of the newspaper, that is, in the period in which the newspaper had an Editorial Committee since the issue number 20, January 1980, there is a process of dilution

¹ Professora Doutora na Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Brasil.

² Graduando em História pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Brasil.

of the same, representing some transformations by which passed the leading group of the newspaper.

Keywords: Lampião da Esquina; Military Civilian Dictatorship; Resistance.

1 – INTRODUÇÃO

A vasta produção historiográfica publicada por ocasião do cinquentenário do golpe de Estado efetivado em 1964 no Brasil trouxe à tona vários aspectos e análises sobre a ditadura civil militar brasileira, 1964-1985, demonstrando, de um lado, uma disputa de memória em torno do período, e, de outro, que algumas temáticas permanecem invisibilizadas na pesquisa histórica. Dentre estas temáticas chama a atenção o silenciamento em torno da relação da ditadura civil militar com as pessoas sexo-gênero dissidentes, ou seja, pessoas que, em alguma medida, se distanciam do que a heteronormatividade institui como o normal, o aceitável³.

Assim, o presente texto objetiva, a partir da análise de algumas notícias veiculadas no jornal *Lampião da Esquina*, refletir sobre a resistência empreendida contra a ditadura civil militar por um grupo de intelectuais gays que publicavam e mantinham o jornal. Interessa-nos compreender, particularmente, os valores morais que nortearam a repressão à homossexualidade e como tais valores representaram de maneira direta um mecanismo

sustentação tanto do golpe quanto da ditadura que o seguiu, bem como da sociedade brasileira da época.

O jornal em si possuía como proposta principal dar voz aos sujeitos excluídos e foi em sua época conhecido como um espaço de discussão da situação das minorias. As discussões sobre sexualidade, raça, ecologia e a questão indígena são colocadas como a linha principal do *Lampião*. Neste texto trataremos as notícias veiculadas na primeira fase do jornal, ou seja, na fase em que o jornal possuía uma Comissão Editorial visto que depois da edição número 20, janeiro de 1980, há um processo de diluição da mesma, evidenciando as transformações pelas quais passaram o grupo dirigente do jornal.

Neste texto analisaremos algumas notícias veiculadas nos primeiros anos do jornal e que nos possibilitam, compreender alguns valores sociais sobre a homossexualidade que sustentaram tanto a ação do regime quanto da sociedade amparada neste. Ao trabalhar o *Lampião da Esquina* como fonte histórica temos clareza, como destaca De Luca (2005, p. 140), que lidar com o que se tornou notícia é “abarcar[r] um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de **dar publicidade a alguma coisa**” (grifos da autora). Ou seja, é necessário “**atentar para o destaque conferido ao acontecimento**” (grifos da autora). Assim, ao destacar estas notícias em particular estamos cientes dos procedimentos

³ Apesar do uso consagrado, desde os anos 2000, da sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans) para designar tanto o movimento quanto as pessoas sexo-gênero dissidentes, optamos neste texto por não a utilizar para evitar anacronismos. Para saber mais sobre o movimento gay no Brasil, ver Pinto (2015).

metodológicos do nosso ofício e das especificidades da imprensa como fonte para a História. Sabemos que o jornal é veículo de ideias e disputas políticas de um grupo bem específico, não representando, portanto, “a sociedade”, e sua mensagem é dirigida a um público também específico.

Entretanto, defendemos que o uso da imprensa, em particular a imprensa alternativa como é o caso de *Lampião da Esquina*, para a pesquisa histórica possibilita acesso a valores, modos de vida e disputas políticas, que outras fontes não possibilitariam. Visto que ao analisar diferentes aspectos do jornal *Lampião da Esquina*, tais como a estética, a distribuição das sessões, o vocabulário e tipos específicos de reportagem, estamos refletindo sobre um determinado lugar de fala que revela sujeitos históricos, mentalidade sociais, e lutas políticas com vistas à transformação cultural como as propostas pelas linhas das primeiras edições.

2 – A DITADURA E O LAMPIÃO

Logo em 1964 a justificativa para o golpe civil-militar foi apresentada pelas Forças Armadas como uma política de defesa nacional contra um inimigo externo, o comunismo, e, dentre os argumentos justificadores desta política encontrava-se a defesa da sociedade cristã brasileira consolidada por fortes exemplos de moral que datam do período do saqueamento português no início daquilo que se denomina como o Brasil Moderno.

É este o ideal que preservava o Estado e a sociedade brasileira. E estes valores cristãos concebiam a

homossexualidade como um pecado. O contrato social que permitia o funcionamento deste Estado, baseava-se, dentre outros, na concepção de que era necessário a eliminação dos “obscuros sodomitas” e comunistas da face da terra amada pela Santa Igreja. De acordo com Cowan (2014):

“Enquanto o regime militar se endurecia nos anos 1960, as polícias estatais continuavam a aderir um esquema no qual sexo entre homens pertencia a um submundo estigmatizado, povoado por “pederastas”, alcoólatras, prostitutas, deficientes mentais e vários desviantes e inconformados. No contexto da Guerra Fria e do anticomunismo esmagador, pertencer a esta comunidade de delinquentes parecia uma ameaça à segurança nacional. Representantes do SNI [Serviço Nacional de Informação] e da Polícia Federal consistentemente incluíram acusações de homossexualidade nos seus informes sobre suspeitos de subversão, com uma informalidade que indicou a presunção de que desvios sexuais, psicológicos ou de gênero não só constituíam uma constelação própria, mas também punham em risco a segurança nacional.” (COWAN, 2014, p. 32).

Este tratamento dado à homossexualidade tem como origem a relação Estado e Igreja engendrada ao longo da história brasileira, fazendo com que os valores não só dos colonizadores portugueses, mas como de toda a Europa, classificassem esta condição como inadmissível e transgressora dos valores e da moral cristã. Dessa forma o que se percebe é que a sociedade brasileira nas décadas de 1960 a 1980 possuía uma forte carga da relação dicotômica

entre o bem e o mal, o sagrado e o profano, e desta fundamentação cria-se um espectro que edifica as “sexualidades desviantes” como inimigas do Estado e da sociedade.

Neste sentido, é preciso estabelecer que a censura e a repressão à homossexualidade se deu no país no momento em que os portugueses aqui se estabeleceram. Esta datação indica uma conclusão pertinente quando se pensa, hoje a estrutura e os sistema políticos, econômicos em que estamos. A afirmação que se pode retirar disso é que a homossexualidade para além de uma negação da moral, da civilização, é, pois, comparada ao animalesco, ao profano e à perversão da humanidade. Assim a sociedade brasileira se constitui historicamente como não tolerante a esta condição. Dito isso, é preciso perceber também como os sujeitos históricos ditos como desviantes resignificaram e questionaram o sistema de dominação da heteronormatividade⁴, ou seja, como contestaram à ordem dominante.

As décadas aqui determinadas em um recorte histórico são marcadas pelo movimento mundial conhecido como contracultura, que surgiu na Europa e nos Estados Unidos na década de 1960, e questionou as formas de relação do ser humano com o trabalho, as relações interpessoais e os valores predominantes nas sociedades pelo globo. No Brasil esse movimento chegará um pouco mais tarde,

incontestavelmente, retardado pela ditadura civil militar, entretanto deixando sua marca indelével na sociedade a partir da atuação de setores da cultura e da intelectualidade nacional.

As décadas de 1970 e 1980 no Brasil representaram grande parte da organização que temos hoje não só por uma reorganização da esquerda, mas, também, pelo surgimento de grupos marginais organizados, de maneira a formar comunidades políticas em prol de um objetivo comum. Movimentos culturais inundaram o país tendo como exemplo a Tropicália, os Dzi Croquetes, os Secos & Molhados, bem como grandes peças teatrais. Neste ambiente de contestação e questionamento da sexualidade dá-se um *boom gay*.

“A partir de meados da década de 1970, o amor homossexual começou a furar a barreira da censura ditatorial e dos setores reacionários para chegar até as capas de revistas de circulação nacional – caso da IstoÉ, que dois anos antes da Time apresentou em sua capa duas mãos masculinas ternamente enlaçadas, ilustrando matéria sobre o tema. Os anúncios comerciais também não ficaram atrás. Uma campanha publicitária dos perfumes Rastros fez veicular, em três páginas inteiras de várias revistas semanais, lindíssimas fotos de três casais – respectivamente, um homem e uma mulher, duas mulheres, e dois homens, acompanhados da frase: “Para contatos irresistíveis de primeiro, segundo e terceiro graus”. “(TREVISAN, 2002, p. 294).

⁴ O conceito de heteronormatividade descrito no *Dicionário Crítico de Gênero* postula que o termo explica a tentativa sistemática de heterossexuais, ou não, se organizarem de maneira a seguir um padrão impresso pelo modelo de vida coerente ao heterossexual.

O movimento *gay* brasileiro, assim como outros movimentos de minorias a exemplo do movimento feminista, ganha forma no período, explicitando ao lado dos demais movimentos sociais e políticos um desalinhamento da relação da sociedade com o Estado. Tal desalinhamento terá um papel importante na transição da ditadura para a democracia, e se torna visível nos princípios que nortearam a Constituinte de 1988, constituída a partir de novos pilares sociais, que, se não são ainda a consolidação de novos valores morais, já apontam para transformações, mesmo que sutis, na mentalidade e os valores da sociedade ao longo do tempo.

É nessa conjuntura que o jornal *Lâmpião da Esquina* lançará seu primeiro número, no Rio de Janeiro, em 1978. Um jornal de conteúdo predominantemente *gay*, elaborado e escrito por homossexuais para o público *gay*. A criação deste jornal por um grupo de jornalistas que se esforçaria em publicar notícia de todo o Brasil configura-se em uma forma de resistência, uma vez que empreende uma sistemática ressignificação da identidade homossexual, buscando combater as representações obscuras e pejorativas criadas ao longo da história brasileira sobre a homossexualidade.

É necessário pois, compreender que o jornal não estava sozinho no país. Fato é que seguindo a perspectiva da contracultura as mídias alternativas vão surgir a partir da década de 1960, e o *Lâmpião* se tornará o mais conhecido pela proporção não só de tiragens, mas também de sistematização do conteúdo. O jornal se destacou principalmente por sua sofisticação mais industrial e por estar relacionado ao contexto da dita redemocratização, encarada

como um processo pelos ditadores brasileiros. Rodrigues (2014), citando o trabalho de Kucinski, afirma que:

“[...] cerca de 150 periódicos nasceram e morreram entre 1964-1980. De tamanho tabloide – metade do usado nos jornais convencionais –, eles se caracterizavam pela oposição ferrenha ao regime militar e ficaram conhecidos como “nanico”, “de leitor”, “independente”, “underground” ou ainda como “imprensa alternativa”. Em 1974, ano do apogeu da imprensa nanica a diversidade dos nanicos incluía os gramscianos, os leninistas, os feministas, os ecológicos, os pregadores da importância da sexualidade etc.” (RODRIGUES, 2014, p. 86).

Neste sentido é possível perceber na existência do jornal *Lâmpião da Esquina* como uma soma de tentativas da afirmação sexual e da resistência à ditadura. Entendido este lugar de ocupação e o período histórico faz-se necessário perceber para além da temática o estilo do jornal. O *Lâmpião da Esquina* é considerado por parte da historiografia que estuda o período como o retrato do inconformismo contra o Estado e a sociedade conservadora, em suas reportagens encontramos a denúncia explícita das ações de diferentes setores sociais e políticos na repressão à troca de experiências da comunidade *gay*.

O papel que o jornal ocupa neste período é o de um sucesso de vendas e uma possibilidade de se tornar de maneira pioneira um lugar onde os homossexuais pudessem ser tudo aquilo que a sociedade geralmente obscurantizava. A propaganda, a reafirmação da participação pública e o

apoio de diversos artistas que estiveram estampados nas edições do *Lampião* demonstraram um processo político-cultural em curso. Da reabertura e do processo de redemocratização à cartada final em que a homossexualidade e a cultura do gueto gay já não eram mais ocultas nem tão pouco consideradas um submundo. O *Lampião da Esquina* se esforçou neste sentido em trazer o homossexual para o dia-a-dia. Rodrigues (2014):

“O número zero do jornal foi entregue na casa de alguns escolhidos protegidos por um envelope de papel pardo, como forma de não comprometer a quem recebesse. Na sua capa, duas grandes chamadas: no alto da página, logo abaixo do logotipo, “Homo eroticus – um ensaio de Darcy Pentiado”; no meio da página, ladada de retratos a chamada principal: “Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapas? ”. Segundo Edward MacRae, a primeira tiragem foi de 10 mil exemplares sendo logo aumentada para 15 mil. “ (RODRIGUES, 2014, p. 91).

Nas denúncias presentes nas páginas do *Lampião* temos desde o fechamento dos espaços de socialização, como no caso das proibições da participação de homossexuais e travestis no carnaval, até as frequentes denúncias sobre as zonas de reurbanização, escolhidas “a dedo” pelos prefeitos como ato político de boicote a participação e inserção destes

sujeitos na sociedade. O jornal mostra também ações de organização destes setores marginais, tais como a ação de grupos feministas, o nascimento do grupo SOMOS⁵, bem como as frequentes entrevistas com personalidades importantes da sociedade brasileira do período.

No Editorial de sua primeira edição encontramos o motor do projeto político que norteou o jornal durante suas 37 edições e suas outras extras, veiculadas entre os anos de 1978 a 1981:

“Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um de muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro que vai orientar a sua luta; nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. “ (CONSELHO EDITORIAL, LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, Edição 00, abril/1978, p. 2).

Este Editorial enquanto manifesto e plataforma política do jornal chama os homossexuais e demais minorias,

⁵O grupo SOMOS foi o primeiro grupo organizado politicamente na defesa da liberalização da homossexualidade e teve grande importância neste primeiro período do movimento gay brasileiro. Formado em 1979 com participantes do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, este grupo tentou sistematicamente cunhar uma nova identidade gay sendo esta elaborada pelos próprios homossexuais. Além disso, grande parte do Conselho Editorial do *Lampião da Esquina* era ativamente participante do grupo.

negros, mulheres, índios, a saírem do gueto e assumirem uma posição de luta contra as desigualdades e discriminações existentes na sociedade brasileira. Assim, o jornal ao afirmar que os homossexuais e demais minorias não eram párias numa sociedade de castas apresenta a necessidade de ressignificação de identidade e de transformações na sociedade como um todo. Suas colunas além de apresentarem entrevistas possuíam também sessões temáticas sobre literatura, cinema, teatro, TV e uma sessão com a interação dos leitores chamada de “Cartas na Mesa” que além de apresentar os elogios ao jornal e as críticas, também evidenciava uma comunicação direta com os leitores e leitoras sobre a situação da vivência dos gays em toda a extensão do país.

3 – SOBRE VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: O CAMINHO DE CONSCIENTIZAÇÃO DO LAMPIÃO DA ESQUINA

Para cumprir sua plataforma política de ressignificação da homossexualidade o *Lampião*, por meio de suas reportagens trazia à cena, em suas páginas, um Brasil pouco conhecido pelas grandes mídias e, mesmo, por grande parte da sociedade. A grande marginalização dos homossexuais foi denunciada de maneira sistemática. E com essas denúncias é possível afirmar que os direitos básicos desses sujeitos foram violados, o acesso à educação, ao trabalho, à participação pública e à socialização dos indivíduos alocados no gueto gay.

Dentre as denúncias de violação de direitos constitucionais apresentamos uma reportagem sobre um caso ocorrido no nordeste brasileiro, onde a negação de acesso à educação está relacionada à discriminação a sujeitos sexo-gênero dissidentes. Em “Más notícias do Nordeste” aparece a denúncia:

“ [...] de que trinta dos 2250 alunos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte tiveram negada a renovação de matrícula deste ano sob a justificativa de “homossexualismo” foi desmentida pelo seu diretor, professor Arnaldo Arsênio de Azevedo, em Natal, um dia depois de divulgada pelos jornais: “Não existe nada disso, e o homossexualismo não é motivo para ninguém sair da escola”, disse ele. Arsênio contava, para desmentir de modo tão enfático uma coisa que ao que tudo indica, aconteceu, com o possível silêncio dos prejudicados, para os quais a fama de homossexuais numa cidade como Natal seria nefasta. Mas há sérios indícios de que a escola andou colecionando denúncias sobre alunos seus, forçando-os a pedir transferência por praticarem o homossexualismo ou apenas porque seriam homossexuais. “ (LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro Edição 02, jun/1978, p. 3).

A notícia termina com a afirmação do diretor de que se houve alguma expulsão ou transferência de algum aluno isso teria se dado em função de questões disciplinares. A denúncia ainda traz em cena, também, o fato da Escola Técnica ter colaborado com uma operação da Polícia Federal em que havia uma pesquisa sobre jovens que estavam ou não

usando drogas. A associação entre os fatos sugere no mínimo uma inferência sobre essas transferências de alunos.

Fiel à plataforma política explicitada em seu primeiro Editorial, o jornal busca nesta notícia escancarar uma violação de direitos, no caso o direito à educação. Mas também nos deixa entrever, ao questionar as afirmativas do Diretor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, a realidade vivida por homossexuais em cidades pequenas e de médio porte. Uma dupla violência, de um lado a escola que discrimina e exclui, e de outro um grupo discriminado que silencia para não sofrer novas discriminações, pois a “a fama de homossexuais numa cidade como Natal seria nefasta”.

O jornal se preocupa também com a defesa dos direitos individuais, particularmente com o direito à liberdade e uso do próprio corpo, pauta que as feministas neste período trabalharam de forma sistemática. A política de intervenção e repressão de direitos empreendida pela ditadura civil militar alcançou também o direito ao corpo, numa perspectiva normalizadora. Exemplo disso é o tratamento dado ao médico que faz uma operação de redesignação sexual. Se hoje a questão da transexualidade consegue a passos lentos ser assimilada, naquele período a discussão tomara para o grande público uma proporção caricaturizada e ao mesmo tempo polêmica. Na reportagem intitulada “Transsexualismo: um julgamento moral” o caso é explicitado da seguinte maneira:

“ O cirurgião plástico Roberto Farina foi condenado ontem a dois anos de reclusão pelo juiz Adalberto “Sapagnuolo, da 17ª Vara Criminal, sob o fundamento de que a operação para mudança de sexo por ele realizada – a denominada “reversão sexual” - configura delito de lesões corporais dolosas de natureza gravíssima,” não passando uma mutilação imposta ao paciente. O magistrado concedeu-lhe o benefício da suspensão condicional da pena pelo prazo de dois anos, sem condições especiais. “ (SILVA, LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, Edição 05, outubro/1978, p. 5).

Neste caso o jornal denuncia a violência estatal contra as pessoas sexo-gênero dissidentes, violência que ultrapassa as violências cotidianas sofridas por estes sujeitos nas ruas e na ação da polícia, uma violência que objetifica e tenta disciplinar os corpos marginais. E ainda sobre essa questão é necessário que se atente à prática que se relaciona não só com o direito ao corpo como também nessa mesma perspectiva o direito do trabalho. É sabido que muitas das pessoas trans e travestis acabam por ter na prostituição como um caminho de sobrevivência e sabendo disso uma dinâmica evidente no período ditatorial permaneceu na redemocratização de maneira silenciosa, sem muito alerta.

O fechamento de pontos de prostituição, a reorganização desses locais pela polícia e a intensa política de limpeza das ruas é facilmente percebida até hoje, mas tem sua dinâmica de fortificação dentro do período civil-militar de 1964. Ainda na edição número 5 o jornal trouxe uma

notícia intitulada de “Tocaram fogo no mangue” em que é apresentada a desapropriação de uma casa de prostituição e a repressão é explícita neste caso visto que era uma atividade de repressão de comércios clandestinos:

“ Dalton Pinto da Souza, um rapaz que prefere ser chamado pelo nome de Vera Regina, foi a primeira vítima da operação policial: ao ver que os agentes se aproximavam por todos os lados apelou para a única arma que tinha às mãos – um papelote de cocaína; e foi preso em flagrante quando tentava injetar a droga em suas veias. Os gritos de Vera Regina, que foi sumariamente jogado num camburão, provocaram um coro de protestos; de suas janelas, as mulheres viaavam os policiais, enquanto estes davam proteção aos fiscais – que tratavam de perseguir os comerciantes clandestinos e aos garis que com rapidez, derrubavam as casas e barracos. “ (SILVA, LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, Edição 05, outubro/1978, p. 3)

A questão que se faz a seguir é a da utilização da razão do progresso e da reurbanização como forma de legitimar a violência e o prático “expurgo” de mulheres que trabalhavam no prostíbulo. O problema que se coloca é que a prostituição em si é o único local historicamente notado como assegurador da breve existência das transexuais e travestis brasileiras, bem como as mulheres que aí estavam. A prática de limpeza das ruas e desses centros de prostituição e socialização refletem neste ponto um processo de desumanização e de reafirmação de uma tentativa do Estado

em assegurar a normatização dos corpos forçando-as a pulverização e a cada vez mais distanciar-se dos centros urbanos.

Este tipo de ação tanto policial quanto administrativa somaram experiências que forçaram cada vez mais o distanciamento do mundo e das experiências possíveis aos sujeitos marginalizados. E por último reafirmaram um código identitário que o jornal já denunciava a essencialização da perversão e da profanação daquilo que era sagrado a sociedade brasileira. Ainda sobre este esforço de marginalização destes corpos é possível observarmos o estudo de Luiz Morando (2014) em seu trabalho a reafirmação destas práticas na cidade de Belo Horizonte.

“Uma blitz chefiada pessoalmente pelo secretário de Segurança Pública percorreu inferninhos, bares e boates, detendo 600 pessoas. O final do roteiro foi o Le Mocê: ao tentar dialogar com o secretário, Lucy foi esbofetada, por um dos policiais e levada para a delegacia. O bar foi fechado sob alegação de ser indecoroso e não ter alvará de funcionamento. “ (MORANDO, 2014, p. 64)

Apesar do estudo ser focalizado na cidade de Belo Horizonte no período da década de 1960 o autor consegue fundamentar a perspectiva de repressão destes sujeitos principalmente quando reafirma aquilo que é explícito na notícia do jornal *Lampião* em 1978 na notícia “Tocaram fogo no mangue”, a utilização do aspecto jurídico como punitivo a esse grupo de sujeitos. Seguindo neste sentido não é de se

estranhar que se somem as essas a discussão sobre o direito de ir e vir, como na notícia a seguir. A importância desta notícia é que ela nos permite perceber não só ótica da repressão exercida pela sociedade e apoiada pelo Estado, ele nos permite visualizar uma dinâmica de resistência desse grupo.

A notícia denominada “Síndico quer Verushka usando gravata e paletó” traz, de um lado, a denúncia da imposição normatizadora da heteronormatividade, e, de outro, alguns dos mecanismos de resistência e contestação utilizados pelos homossexuais da época. A história é composta por um novo síndico de um prédio que na notícia é descrito como um padrão da masculinidade. Homem branco, servindo a Marinha e com vários companheiros rodeados construiu dentro do prédio uma política de reafirmação deste mesmo padrão.

A outra personagem, conhecida como Verushka, é uma conhecida travesti do condomínio que até então transitava tranquilamente pelo prédio e que segundo a notícia não perturbava e até passava despercebida aos olhos dos moradores dali. O novo síndico a proíbe de utilizar o elevador comum já que ela representava um atentado à moral e bons costumes. No entanto este ato que pareceria comum não poderia ter sido efetuado visto que não havia nenhum precedente jurídico que retirasse o direito dessa condição.

“Gérson Correia, sargento da Marinha, solteiro e adepto fiel da teoria de que homem, para ser homem, tem que falar muito alto e fazer gestos largos, tomou posse no

cargo e imediatamente baixou uma série de éditos alguns arbitrários e ilegais, como este, que consta de um papel afixado na porta: “Qualquer morador que quiser dar uma festa em sua residência terá que pedir autorização ao Senhor Síndico com 36 horas de antecedência”. E não ficou só nisso o furor legislativo do Senhor Síndico: a alguns moradores dedicou éditos especiais, que nem sequer foram redigidos, mas sim pronunciados por ele em tom enfático, como aquele que destinou a Vistente de Fluri, o travesti Verushka, morador do prédio há quatro anos: a partir de sua posse como síndico ele só poderia continuar usando o elevador social do prédio se trocasse suas vestimentas por roupas “estritamente masculinas”. “ (SILVA, LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro., Edição 10, março/1979, p. 3).

O que ocorre com a notícia sobre Verushka é a abertura de um precedente sobre a possibilidade de ações semelhantes ocorrerem em cidades menores e mais distantes dos grandes centros urbanos. Por outro lado, é necessário perceber a resistência de Verushka como a mudança da percepção de si e da noção de pertencimento na sociedade.

É necessário perceber que o caso que aqui nos é revelado pelo jornal tem como resposta a busca desta travesti de aconselhamento jurídico. O ato em si de trazer esse problema para o ambiente jurídico é a perspectiva de enfrentamento destes sujeitos contra o sistema. O caminho para a subversão é neste momento conquistado.

A existência da notícia e a participação de Verushka como um sujeito que reage a opressão significa de maneira

direta uma mudança de pensamento e de modificação do mundo em que ela vive. Ora, aí está o papel da revolução cultural e a exemplificação do *boom* do movimento *gay* visto que as experiências de resistências individuais é que constroem a possibilidade de agrupamento de indivíduos que pensam e passam por situações semelhantes. De maneira histórica há de se perceber este mecanismo como impulsionador da elaboração de objetivos comuns e a partilha experiências que se assemelham.

Por último há uma outra história a ser contada sobre o *Lampião*, a discussão sobre a negação do direito ao trabalho. A notícia que vem como capa na Edição Zero do jornal é a de um jornalista que possuía uma coluna em um grande jornal que além de ser demitido se tornara réu sob a lei de imprensa, a ofensa novamente a moral e os bons costumes. Intitulada “Demissão, processo, perseguições. Mas qual é o crime de Celso Curi?”, a notícia apresenta a discussão da censura à atuação profissional e se articula com questões como o acesso ao lazer, o uso dos espaços públicos, o acesso à educação e ao trabalho.

“A 5 de fevereiro de 1976, começou a sair diariamente nas páginas do jornal paulista Última Hora uma nova coluna de cunho informativo social e burlesco. O nome, com muito humor, foi emprestado da loteria esportiva: Coluna do Meio. Seu autor, um jovem jornalista chamado Celso Curi, brincava com personagens de criação própria, contava piadas, noticiava acontecimentos sociais ou não e publicava um Correio Elegante. Uma particularidade, entretanto, tornava a

Coluna um fato inusitado na história da imprensa brasileira: era dirigida aos homossexuais. De 30 a 40 cartas diárias passaram a chegar à Coluna, vindas de todas as partes do país. “ (TREVISAN, LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, Edição 00, abril/1978, p. 8).

O caso demonstrou o uso da Lei de Imprensa (Lei n. 5250 de 09/02/1967) que penalizava aqueles que atentavam contra a moral com o período de três meses a um ano de reclusão ou multa de 1 a 20 salários mínimos. Se por um lado a ação representa a capacidade de resistência à ditadura, essa tentativa de normatização da existência da homossexualidade como natural e parte da vida cotidiana do brasileiro começou a aparecer cada vez mais em todas os meios de comunicação.

Essa história se estendeu até abril de 1979, quando volta às páginas do *Lampião*, na 11ª edição do jornal, como manchete de capa intitulada “Justiça inocenta Celso Curi”. A absolvição do jornalista faz com que seja reafirmada a tese de que a sociedade, ou setores desta, caminhava para uma mudança e para um processo de reformulação em seus valores. A posição do juiz no caso demonstra essa pequena mudança.

“O juiz Regis de Castilho Barbosa fez muito mais: imediatamente antes de expirar o prazo, apresentou uma bem fundamentada sentença de absolvição, evidenciando assim sua preocupação em opinar a respeito do assunto em controvérsia: homossexualismo como ofensivo à moral. A posição dá ainda maior importância ao resultado positivo desse processo. Em sua argumentação para emitir a sentença, o juiz Regis

Castilho Barbosa da 14ª Vara Criminal considerou que a Justiça “não tem como escopo abrigar exigências extraordinárias de um pudor hipertrófico (...) em virtude de princípios particularmente rígidos”. Não vê crime algum em noticiar fatos sobre homossexualismo nem crê que isso possa ter qualquer objetivo doutrinário por si. Diz claramente que não é doutrinação o fato de homossexuais “procurarem se impor como segmento estruturado dentro da sociedade”. (TREVISAN, LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, Edição 11, abril/1979, p. 3).

Assim como as notícias apresentadas neste texto com o intuito de demonstrar as estratégias de resistência elaboradas pelos homossexuais, encontramos em outras páginas do *Lampião* o compromisso com a ressignificação da homossexualidade e, portanto, dos sujeitos participantes do chamado gueto *gay*.

No entanto é necessário apresentar por último um adendo ao controverso papel do jornal. Se colocado em um local de ponto de resistência e de uma proposta de mudança social dentro do gueto *gay* é possível afirmar que o *Lampião da Esquina* cumpre o seu papel. Contudo, algumas questões ficam em abertas mas podem ser percebidas pela própria dinâmica do surgimento do movimento *gay* brasileiro.

A sistemática tentativa em demonstrar os sujeitos homossexuais como seres saudáveis psicológica e socialmente entrou como uma primeira bandeira do movimento *gay* e neste sentido a força do jornal ganha maior amplitude pelo fato de participantes do seu Conselho

Editorial e colaboradores do *Lampião da Esquina*, enquanto um conjunto, noticiam de maneira persistente as ações organizadas ou não do movimento *gay* brasileiro. A realização, a busca por notícias que se estendessem de norte a sul, apresenta no *Lampião* a criação de um mapa de resistências mostrando aos leitores a capacidade de modificação social a partir dos sujeitos.

Ainda nesta linha de raciocínio também destacamos a relação do *Lampião* com outros jornais espalhados pelo mundo, constituindo-se em símbolo de resistência ao regime ditatorial no Brasil nos anos finais da década de 1970 e início da década de 1980. Porém há um outro lugar a ser explorado. O jornal cria uma expectativa no leitor que é aquela da emancipação dos corpos dissidentes, lésbicas, *gays*, travestis e transexuais, mas se estrutura a partir de algumas sessões de maneira excludentes principalmente no ponto em que se toca a cultura *gay*.

Por último é necessário fazer uma crítica ao jornal bem como a esta primeira onda do movimento *gay* brasileiro. Assim como qualquer movimento politizado e organizados por sujeitos datados, existem algumas questões que não respondem as problemáticas ressaltadas no piloto do *Lampião*. A tentativa sistemática em reelaborar a identidade homossexual brasileira foi positiva e fez com que o jornal se tornasse a voz dos homossexuais brasileiros, mas não se pode considerar todos os homossexuais brasileiros neste momento histórico. O *Lampião* tem a limitação assim como qualquer fonte histórica e não consegue responder algumas questões porque segue com problemáticas de antes de seu tempo e que

estão relacionadas ainda a grande questão da reunião das questões políticas de seu tempo.

É possível na leitura do jornal perceber um problema colocado em toda a década de 1980. O grande debate da velha e da nova esquerda foi colocado durante todo o jornal na própria missão que este esperou desempenhar, ora a identificação do homossexual em poucos momentos se alinhou a discussão da condição econômica e a razão da discussão das problemáticas relacionadas ao acesso a educação, saúde e trabalho se deram mais pela discussão do preconceito do que pela própria condição destes sujeitos terem ou não acesso. Aqui, não se busca negar a fonte do preconceito e dominação heteronormativa mas é necessário ter em mente que o *Lampião* tinha um lugar político-econômico bem definido.

As discussões culturais, as indicações de filmes, de livros e peças de teatro apesar de possuir uma linguagem um tanto informal não traduziam a “todos homossexuais” a cultura que estes viviam. Talvez o jornal nunca tenha conseguido chegar as periferias do Rio de Janeiro e tenha circulado por ambientes que infelizmente podem ser considerados classistas. Na estética robusta e industrial do próprio jornal pode-se ver isso. O padrão esperado dessa nova identidade gay é aquela que se assemelha ao homem gay sempre bem-sucedido que lê o jornal e participa dos grupos de discussões sobre ecologia, sobre a questão indígena e outras colocadas a época.

Assim o jornal perpetuou um ciclo vicioso de remetente e destinatário. O público-alvo do *Lampião* foi,

portanto, formado por intelectuais, estudantes e militantes com um poder aquisitivo suficientemente necessário para manter estes corpos pensantes. O que se destacou neste texto, portanto é a capacidade e a contradição de o jornal corresponder a resistência gay junto ao movimento organizado, principalmente do *SOMOS* mas também revelou a dificuldade de alcançar um outro público gay, aquele periférico, trabalhador e que por vezes não tivera acesso a educação mesmo antes do período ditatorial.

Dentre todas as mídias alternativas gays o *Lampião da Esquina* se destacou pela forma ampla em criticar e subverter a ditadura. Ainda, reuniu questões sensíveis da época e também mostrou a mentalidade de uma sociedade que percebia um sistema político em colapso e por último demonstrou não só a capacidade, mas também a possibilidade de sujeitos considerados marginais possuírem e ultrapassarem o ideal do obscurantismo e do profano. O papel do jornal em si esteve sempre entre a participação e a emancipação de homens e mulheres homossexuais, travestis e transexuais brasileiros.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, nº 0, abr. 1978, p.2.

LÂMPIÃO DA ESQUINA. Más notícias do Nordeste. Rio de Janeiro, nº 2, jun.1978, p. 3.

SILVA, Aguinaldo. Transexualismo um julgamento moral. In: *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, nº 5, out. 1978, p. 5.

SILVA, Aguinaldo. Tocaram fogo no mangue In: *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, nº 5, out. 1978, p. 3.

SILVA, Aguinaldo. Síndico quer Verushka usando gravata e paletó. In: *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. nº 10, mar. 1979, p. 3.

TREVISAN, João. Demissão, processo, perseguições: Mas qual é o crime de Celso Curi. In: *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, nº 0, abr. 1978, pp. 6-8.

TREVISAN, João S. Justiça inocenta Celso Curi. In: *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, nº 11, abr. 1979, p. 3.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no Regime Militar. In: GREEN, James, QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora UFSCAR, 2014. p.27-52.

DE LUCA, Tania Regina. História dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

GREEN, James. *Além do carnaval*: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GREEN, James, QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora UFSCAR, 2014, p. 83-124.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, James, QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*: repressão resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora UFSCAR, 2014, pp. 53-82.

PINTO, Rhanielly. Fora do gueto: o processo de formação da 1ª onda do movimento gay no Brasil. *Revista Emblemas*. UFG, Catalão, vol. 15 n. 2, jul/dez, 2015, pp. 32-41. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/45146/22484>. Acesso em 14 de maio 2017.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James, QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e Homossexualidades*: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Editora UFSCAR, 2014, p. 83-124.

TREVISAN, João S. E acontece o nosso boom guei. In: *Devassos no Paraíso*: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, pp. 293-304.